



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLANDHIS

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito do mês de agosto do ano de dois mil e vinte um, via videoconferência, em cumprimento ao Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, que revogou o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, foi iniciada a Trigésima Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS, pela Senhora **Marília Silva Melo**, Diretoria de Habitação – DIHAB. A lista de presença encontra-se anexa ao final desta Ata. A pauta segue transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1 Abertura dos trabalhos; 1.2 Aprovação da Ata da 29ª Reunião ocorrida no dia 07.07.2021. 2. Leitura do documento final de consolidação do PLANDHIS: 2.1 Estratégias para o atendimento habitacional de interesse social – Parte 1; 2.1.1 Linhas de Ação; 2.1.2 Programas Habitacionais. 3. Assuntos gerais. 4. Encerramento. Passou ao Item e Subitem 1. Ordem do Dia: 1.1. Abertura dos trabalhos: A Senhora **Marília Silva Melo** passou a palavra as senhoras **Gisele Moll Mascarenhas**, Secretária Executiva da SEDUH, **Silvia Borges de Lázari**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano/SUPLAN e **Eneida Aviani Ferreira**, Coordenadora de Política Urbana – COPLU para que fizessem suas falas iniciais, saudando a todos e destacando os trabalhos realizados pela equipe. Em seguida, a Senhora **Marília Silva Melo** cumprimentou e agradeceu a presença de todos, avançando ao Subitem 1.2 Aprovação da Ata da 29ª Reunião ocorrida no dia 07.07.2021: Não havendo retificações, a respectiva ata foi considerada aprovada. A Senhora **Mônica Andréa Blanco**, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal – CAU/DF, desculpou-se pela ausência na reunião anterior, informando que a Senhora Mariana Bomtempo seria a representante oficial junto ao PLANDHIS, em seguida, comunicou que se ausentaria por motivos de agenda. A Senhora **Marília Silva Melo** iniciou a discussão do Item e Subitem 2. Leitura do documento final de consolidação do PLANDHIS: 2.1 Estratégias para o atendimento habitacional de interesse social – Parte 1: Prestando os esclarecimentos sobre a reorganização do documento da minuta que sintetizou a revisão do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social. Conforme indicado, pontua o capítulo anteriormente denominado Estratégias de Provimento, que passa a ser chamado de Estratégias do Atendimento Habitacional de Interesse Social, que contava com a incorporação das Linhas Programáticas, que agora são designadas como Linhas de Ação e Programas Habitacionais, em razão da necessidade de alinhamento de termos. Reforçando que foi alterada a ordem de apresentação do instrumento de fomento de HIS dentro do documento, contando com modificações também no acompanhamento social. Ressaltou que cabe indicar que dentro do tema de controle social foram agrupados determinados capítulos, como o mecanismo de gestão participativa, monitoramento da política habitacional e qualidade do provimento de HIS, e através do desmembramento dos dois temas, o monitoramento e acompanhamento social, gerou um grande tema de que trata o controle social, que apresenta as três subdivisões supracitadas. Pontuou ainda as estratégias do atendimento habitacional de interesse social, a operacionalização, que traz o financiamento, subsídios e arranjo institucional, e, por último, está sendo abordada dentro do documento a avaliação do plano, que contou com uma Câmara Técnica

específica para a temática. Rememorou que nas reuniões anteriores abordaram a estrutura do documento, sendo realizada a contextualização geral, englobando a apresentação, introdução, o histórico da Política Habitacional, a revisão do PLANDHIS, situação social e habitacional do DF, público e estratificação de renda para o Plano, os princípios e os objetivos. Posteriormente, será realizada a abordagem das estratégias de atendimento dos quatro subtemas explicados anteriormente, prosseguindo ao controle social, operacionalização e por último a avaliação do Plano. Com relação ao Subitem 2.1.1 Linhas de Ação: Prestou os esclarecimentos quanto a este eixo, que aborda o atendimento e a definição dos territórios onde serão ofertadas as moradias. Destacou as linhas de ação do programa Habita Brasília, regido pelo Decreto nº 37.438 de 2016, que no caso do Morar Bem define a venda subsidiada de unidades imobiliárias produzidas pelo estado; O Portas Abertas, a venda subsidiada de unidades imobiliárias produzidas pelo mercado; O Lote Legal, a venda subsidiada de lotes urbanizados; Aluguel Legal, o subsídio no pagamento de aluguel em prédios públicos; O Na Medida, o apoio técnico para projeto e obra. Sendo assim e, entendendo que a questão habitacional é complexa e requer soluções diversas, é possível notar que a venda e compra de imóvel é uma alternativa e tem sua importância, mas não deve ser a única opção. Nesse sentido, o PLANDHIS defende que o acesso à moradia é essencial para as condições de uma vida digna, mas não necessariamente a sua propriedade. No entanto, a visão da garantia de direitos dissociada das relações de consumo representa uma quebra de paradigma. Por isso, de acordo com o documento, será um grande desafio, apesar de necessário, construir o entendimento de que a habitação, sendo parte integrante de uma rede de direitos humanos que devem ser garantidos à população, pode ser também um serviço prestado pelo Estado, sem que ele seja o ator principal, mas podendo atuar de forma direta ou por meio de parcerias. Ainda nesse sentido, evidencia as linhas de ação do PLANDHIS que ofertam bens e serviços. Na categoria bens, sendo ofertados imóveis prontos, que conta com venda subsidiada de unidades habitacionais; e lotes urbanizados, com venda subsidiada de lotes urbanizados. Na categoria serviços, concede o direito a locação social, com subsídio no pagamento de aluguel ou oferta de imóvel para aluguel; assistência técnica, que conta com apoio técnico para projeto e obra; e abrigo emergencial, com moradia temporária por vulnerabilidade devido a situações de emergência. Explicitou que são apresentadas no documento todas as diretrizes das linhas de ação e programas no Plano, classificando-as de acordo com as suas modalidades. Quanto aos imóveis prontos, informou que a oferta pode ser uma iniciativa tanto do Estado quanto de agentes privados, a ser realizado através de chamamento público, para àquelas unidades privadas sem procura, assim, os proprietários podem direcionar estas unidades para habitação de interesse social, contando também com a modalidade de venda de imóveis ociosos. Explicitou a linha de ação de lotes urbanizados, informando que há um direcionamento para que esses lotes façam a verificação do perfil do público alvo, garantindo a capacidade de arcar com gastos futuros, sendo um trabalho articulado com a assistência técnica, evitando que incorra em problemas de precariedade destes imóveis. Quanto a Locação Social, comunicou que foi exaustivamente discutida, com a participação em Seminário Internacional de Locação Social, e que será trabalhado com duas modalidades: cupom eletrônico e parque imobiliário próprio da CODHAB, fazendo uma breve atualização quanto aos dois meios. Chamou a atenção para a criação de um Fundo Garantidor, que possibilite a garantia de pagamento, mesmo nos casos de inadimplência por parte da pessoa contemplada. Como um modo de verificar a viabilidade dos programas, salientou que os mesmos serão aplicados no modo Projeto Piloto, possibilitando a avaliação e ajustes prévios, e posteriormente proceder ao aumento da escala de aplicação. Reconheceu o êxito da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS, no Distrito Federal, que é definido como um direito garantido na legislação federal. Além das questões apresentadas, pontua que há temas não finalizados, que estão em processo de elaboração, a serem apresentados na próxima reunião, a ser realizada dia 08 de setembro, como a questão dos abrigos emergenciais. Prosseguiu ao Subitem 2.1.2 Programas Habitacionais: Reforça que estes programas são trabalhados com linhas de ações específicas para públicos estudados nas câmaras técnicas, em que houve o entendimento da necessidade de um atendimento especializado, como a população em situação de rua de forma geral e a população a ser beneficiada pelo Moradia Primeiro. Quanto ao Programa Moravida, desenvolvido para mulheres vítimas de violência doméstica em grave risco de vida, explicitou que a equipe fez uma imersão no tema, mantendo um diálogo direto com a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria da Mulher, sendo possível fazer a atualização dos dados de violência contra a mulher, em que constataram o agravamento da situação no Distrito Federal. Assim, acrescentou que foi realizada a modelagem do programa considerando as ações realizadas pela Secretaria da Mulher, apresentando-as de maneira mais detalhada. Quanto ao Programa de Reabilitação para Locação

Social, informa que este visa promover a reabilitação imobiliária para incrementar o Parque Imobiliário de Locação Social, com a imposição das ZEIS de Subutilização e do Zoneamento Inclusivo. Citou as Ações Urbanas Comunitárias – AUC, agindo em escala urbana na Linha de Ação de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, o programa tem o objetivo de criar e qualificar espaços públicos por meio de processos colaborativos entre os moradores das áreas de intervenção. Tem objetivo ainda, de aproximar a equipe técnica da comunidade criando laços de confiança para melhor realização dos trabalhos. Informou que estão em elaboração as diretrizes para os eixos de melhorias habitacionais, moradia digna, autogestão, programa de idosos e outros programas. Encerrada a leitura do documento, a palavra foi franqueada para manifestações. Em seguida, a Senhora **Ludmila de Araujo Correia**, representante do IAB/DF parabenizou o trabalho desenvolvido, apresentando proposta para elaboração de peça informativa com explicações visuais sobre a relação das linhas de ação e os programas, determinando onde estão sendo contempladas cada linha de ação. Atendendo a solicitação, a Senhora **Marília Silva Melo** informou que poderia ser inserida uma tabela com essa classificação para facilitar o entendimento sobre cada uma das linhas de ação. A Senhora **Juliana Lucas**, Ordem dos Advogados - OAB, parabenizou o trabalho desenvolvido pela equipe do PLANDHIS, corroborando com as colocações feitas pela Senhora Ludmila de Araújo Correia, quanto a necessidade de um apoio visual sobre a classificação. Ressaltou o trabalho complexo de juntada de legislações e conexão com os trabalhos desenvolvidos anteriormente, dada a dificuldade da abordagem da Habitação Social. Diante do exposto, afirmou que a OAB espera contribuir de forma mais efetiva na construção do Plano. A Senhora **Marília Silva Melo** reafirma a necessidade de preservar o que foi discutido nas câmaras técnicas, mantendo a preocupação de desenvolver um plano articulado com os demais órgãos do DF e de acordo com o que é factual na cidade. Expressando a importância da articulação com a SEDES e da CODHAB, afirmando a locação social como serviço de moradia mais eficiente para determinados públicos, devendo buscar minimizar a segregação social através destas linhas. O Senhor **Francisco Leitão**, DF Legal, questionou como estão sendo tratados dentro do Plano a questão das áreas de regularização de interesse social, sobretudo, áreas reservadas a equipamentos públicos inseridas em ARIS. Em resposta, a Senhora **Marília Silva Melo** informou que hoje quem atua com questões referentes a ARIS é a Assistência Técnica da CODHAB, como forma de trazer mais qualidade para essas habitações. Complementou que no PDOT, especificamente no eixo de habitação e regularização, foi um dos pontos discutidos no grupo ampliado, que contou com a participação da Terracap, e com o acesso dos dados referentes a estes equipamentos, a ser discutido mais detalhadamente do Plano Diretor. Com relação a áreas de equipamentos públicos com ocupações consolidadas, informou que a discussão será encaminhada para o estudo do eixo da revisão do PDOT. O Senhor **João Artur** (Tuca), Secretaria de Cultura enalteceu o trabalho realizado, destacando a questão do conteúdo do Moravida, parabenizando o desenvolvimento do programa e ressaltando a sua importância no momento atual. A Senhora **Marília Silva Melo** salientou que o programa reafirma os trabalhos realizados no sentido de aprimoramento do Plano de Habitação de Interesse Social, com sensibilidade para os grupos pouco estudados e que mantém certo grau de prioridade. Informou que na próxima reunião será dada continuidade ao debate, com a apresentação dos programas em elaboração, bem como o acompanhamento social dos programas específicos e das linhas de ação. O Senhor **Antônio José** (Cafu), dos Movimentos Sociais destacou a qualificação da dimensão referente ao HIS afirmando que a memória de construção do Plano não pode ser deixada de lado, reforçando o esforço conjunto que deve ser feito visando um resultado efetivo da aplicação da Política. Enalteceu a OAB pela intenção de manter uma parceria direta nos trabalhos do PLANDHIS, afirmando que os advogados, de forma geral, devem ser sensíveis quanto a questão da habitação de interesse social. A Senhora **Marília Silva Melo** registrou a importância das pessoas que auxiliaram durante o processo de construção do Plano ao longo do seu desenvolvimento. A Senhora **Sandra Maria França Marinho**, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB-DF, reconheceu a importância da assistência técnica como potencial política pública, e a necessidade de normatizá-la, passando a ser uma política de estado, classificando-a como um caso de sucesso por ser flexível aos arranjos propostos, e como uma ferramenta que pode vir a responder ao problema habitacional no Brasil, principalmente quanto ao déficit qualitativo. Agradecendo, em seguida, a toda equipe pelo desenvolvimento dos trabalhos. A Senhora **Marília Silva Melo** afirmou que é almejado o mesmo sucesso para a locação social, mantendo o programa de maneira perene e ampliando a sua atuação com o envolvimento de outras entidades. A Senhora **Sandra Maria França Marinho** propôs a apresentação na próxima reunião, de vídeo sobre a temática, desenvolvido pelo CAU-BR. A Senhora **Marília Silva Melo** corroborou com a proposta, pontuando ainda dois programas em elaboração para

inserção no PLANDHIS, a saber: Melhorias Habitacionais e o Moradia Digna. Ato contínuo, seguiu ao Item 3. Assuntos gerais: Apresentou o calendário das próximas reuniões, a serem realizadas nos dias 08 e 29 de setembro, possibilitando a finalização do conteúdo restante, e em caso de alteração, informou que será feita a comunicação nas próximas reuniões. A Senhora **Pamilla Brasil** apresentou a ocorrência de impasses quanto a entrega das unidades restantes dos empreendimentos habitacionais Crixá VI e VII, em razão da diversificação de legislações que regem a política habitacional. Afirma que o PLANDHIS não faz previsão de forma consoante ao disposto pela legislação do Ministério das Cidades, sugerindo a realização de uma análise mais detida quanto a Portaria nº 2.081/2020. A Senhora **Marília Silva Melo** informou que o PLANDHIS não deve se deter a ações ou programas específicos, colocando a equipe à disposição para um estudo conjunto sobre esta Portaria. De forma geral, afirma que a regulamentação traçada para a locação social foi feita de acordo com linhas gerais definidas através do diálogo entre o Governo e a sociedade civil. A Senhora **Gisele Moll Mascarenhas** solicitou a equipe da CODHAB as memórias das reuniões das câmaras técnicas, em específico sobre o assunto da Portaria nº 2.081/2020, propondo que seja realizado um levantamento das divergências e uma apresentação formal da questão, acrescentando que podem ser feitos ajustes dentro do Plano nesse sentido. Acrescentou que a mesma equipe está trabalhando na revisão do PDOT, sendo possível a realização de um cruzamento dos programas que estão sendo propostos dentro do território, materializando o Programa de Habitação de Interesse Social dentro do Distrito Federal. Comunicou sobre a realização de sete oficinas técnicas públicas, a serem iniciadas no mês de setembro, na modalidade híbrida, aglutinando as regiões administrativas que mantêm as mesmas características, convidando todos a participarem. Contando ainda com a programação de audiência pública para tratar sobre o Plano, a ser realizada no mês de dezembro. Por fim, a Senhora **Marília Silva Melo** noticiou que contribuições adicionais à minuta do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social poderiam ser encaminhadas por e-mail. Passou ao Item 4. Encerramento: Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Trigesima Reunião Ordinária do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social foi encerrada pela Senhora **Marília Silva Melo**, agradecendo a presença de todos.

GISELE MOLL MASCARENHAS

Secretária-Executiva da SEDUH

SILVIA BORGES DE LÁZARI

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano

SUPLAN/SEDUH

MARÍLIA SILVIA MELO

Diretora de Habitação



Documento assinado eletronicamente por **GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação**, em 23/09/2021, às 14:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIA BORGES DE LAZARI - Matr.273.821-X, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 27/09/2021, às 15:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARILIA SILVA MELO - Matr.0136745-5, Diretor(a) de Habitação**, em 28/09/2021, às 17:22, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador= 70146154 código CRC= EFAFB98B.](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=70146154&codigo_crc=EFAFB98B)

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF

3214-4101